

Governistas já pensam em adiar eleições municipais

BRASÍLIA — Começa a tomar corpo na Constituinte a idéia de se adiarem as eleições municipais marcadas para novembro, como admitem vários parlamentares do *Centrão*. "Este é o próximo passo", diz Gandi Jamil (PFL-MS). "Vamos evitar gastos e tumultos, para concluirmos a transição".

O deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) afirma que "a direita está querendo ganhar tempo para fazer seu candidato à sucessão de José Sarney". Ele sustenta que a segunda investida dos governistas será adiar as eleições municipais, assunto já discutido pela bancada baiana com o governador Waldir Pires. "Vamos mobilizar o possível, denunciar o denunciável e, sobretudo, acelerar as campanhas municipais, colocando logo os candidatos nas ruas para evitar um golpe", completa Leonelli.

A grande maioria dos constituintes a favor do adiamento só admite a existência de movimentação neste sentido se não tiver o nome citado. Um deles comentou que, se forem aprovados cinco anos de mandato para Sarney, o que agora parece fácil, com a aprovação de cinco anos para os futuros presidentes da República, o clima será favorável ao adiamento. O deputado Genebaldo Correia (PMDB-

BA) admite: "Nossa preocupação é a de que o governo use esta mesma maioria que aprovou os cinco anos para adiar as eleições".

Paralelismo — No caso específico da Bahia, das 367 Prefeituras, 310 pertencem ao PFL, embora o governo estadual seja do PMDB. "Para nós o adiamento seria terrível", diz Genebaldo. Segundo ele, os prefeitos pefelistas fazem uma administração paralela à de Waldir Pires, auxiliados pelos ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Prisco Viana (Habitação), ambos baianos.

O êxito do movimento que apenas se inicia só será aferido durante a votação das disposições transitórias. Na ocasião, a Constituinte examinará a emenda do deputado Gilson Machado (PFL-PE), do *Centrão*, que adia as eleições municipais para 1989, quando os atuais prefeitos e vereadores completarão sete anos de mandato. O objetivo é vincular essas eleições à de presidente da República; e em 1994, haveria eleições gerais com o mandato de cinco anos para todos.

"A desvinculação é altamente inflacionária. A cada eleição abrem-se os cofres públicos, ocorrendo emprego e obras desnecessárias", argumenta o deputado Gilson Machado (PFL-PE).

Líder do 'Centrão' quer mudar texto aprovado

BRASÍLIA — O propósito de transformar a maioria que aprovou o presidencialismo e o mandato de cinco anos em um grupamento coeso e determinado a alterar, no segundo turno de votação, o capítulo dos direitos sociais, começou a tomar conta de expressivas lideranças do *Centrão* como o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o senador Roberto Campos (PDS-MT).

"Agora vamos recrudescer este movimento vitorioso, para com ele eliminar a demagogia do texto votado em primeiro turno", ameaça o deputado, disposto a alterar os dispositivos referentes aos direitos dos trabalhadores usando a emenda supressiva — um instrumento que elimina o texto já votado, sem nada acrescentar —, o que transfere a definição de grande parte da matéria para a legislação ordinária.

Ele já conta com o apoio do senador Roberto Campos, favorável à supressão dos dispositivos que instituíram a licença paternidade de oito dias, o trabalho diário de seis horas em empresas que operam em turno corrido, e o direito de voto para os maiores de 16 anos.

"A licença do pai foi motivo de chacota popular", argumenta, "enquanto o turno de seis horas prejudica os diaristas e o voto para o jovem de 16 anos traz também para eles a responsabilidade criminal. Acho que não precisamos de mais descontentes para mudar isso".

Mas outro representante do mesmo segmento, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), já avisou que

seu maior interesse está em apressar o segundo turno de votação.

Sem apoio — "A apresentação de emendas supressivas deve ser evitada, porque atrasará os trabalhos", diz. Além disso, chama atenção para a inexistência de amparo regimental às emendas que pretendam suprimir partes ou palavras de um dispositivo. Opinião semelhante tem o deputado Bonifácio Andrade (PDS-MG), também do *Centrão*, que considera "ilusionista" a tese de que a maioria que votou pelo sistema de governo poderá se repetir em algum momento da Constituinte.

"Ontem (terça-feira) tivemos aqui uma maioria feita pelos palácios, para votar um tema político. Não creio que o presidente e os governadores se mobilizem com a mesma ênfase quanto aos direitos sociais. E também não percebo condições no empresariado para reunir uma mesma força constituinte a interferir num tema econômico já votado em primeiro turno", afirmou.

Os parlamentaristas e defensores dos quatro anos de mandato presidencial — derrotados na terça-feira — começaram a estruturar uma reação, jogando com a possibilidade de mobilizar a sociedade civil a favor das eleições diretas-já, durante a votação do artigo 4º das Disposições Transitórias que fixará a duração do mandato do presidente José Sarney.

A reação é estimulada pela nota oficial divulgada logo de manhã pela OAB, assinada pelo presidente do Conselho Federal, Márcio Thomaz Bastos,

defendendo a convocação de eleições presidenciais este ano, sob o argumento de que só a escolha direta de um sucessor do presidente Sarney por fim ao processo de transição. A OAB praticamente apela à população para que saia às ruas pedindo eleições em 1988: "É fundamental que a vontade majoritária da Nação chegue aos constituintes, na forma legítima de pressão democrática-pública e no plano de idéias", diz a nota.

Esperança — O presidente do Conselho Federal da OAB passou boa parte da manhã no Congresso tentando conquistar adeptos entre os constituintes. No corredor, próximo ao gabinete da liderança do PMDB, conquistou o apoio do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e do jurista Miguel Reale Jr., assessor da presidência da Constituinte.

Mais tarde, o deputado Robson Marinho (PMDB-SP), vice-líder do senador Mário Covas, seguiu o exemplo: "Nossa esperança está na reação da população. Só ela será capaz de pressionar os deputados que votaram pelos cinco anos". Os partidários dos quatro anos prevêem que a Semana Santa será decisiva para se aclarar o quadro:

Um parlamentar do chamado grupo *Histórico* do PMDB dizia que a esperança estava no fato de que os deputados estarão junto de suas bases durante a Semana Santa, quando poderá haver reação contra a decisão da Assembleia, aumentando as chances de marcar as eleições diretas para este ano.

Maioria do PMDB votou por 5 anos para presidentes

BRASÍLIA — Se persistir a tendência registrada em plenário na votação do mandato dos futuros presidentes, o PMDB vai garantir cinco anos de mandato para o Presidente Sarney. Dos 296 constituintes do partido, 153 votaram pelos cinco anos, na tarde de terça-feira, enquanto 18 ficaram ausentes do plenário nessa votação e somente 125 pemedebistas assumiram os quatro anos de mandato. Como o resultado dessa decisão foi de 304 votos, mais da metade dos votos foram dados pelo PMDB. "O voto nos cinco anos para os futuros presidentes não significa que o mesmo vale para o presidente Sarney", explica o vice-líder Antônio Brito (RS), que votou com os quatro anos, enquanto o deputado Roberto Cardoso Alves (SP) garante "está clara vontade da maioria".

A primeira reação dos quatroanistas dentro do PMDB ontem foi de perplexidade, cautela ou grande mobilização, dependendo do grupo ao qual pertencem. O grupo liderado pelo senador Mário Covas, por exemplo, que votou em bloco pelos quatro anos, à exceção de Robson Marinho (SP), que não estava em plenário, prefere deixar a "poeira baixar". O vice-líder Euclides Scalco, que votou nos quatro anos, disse que "ainda não analisamos friamente o que fazer daqui pra frente, mas é óbvio que a ruptura no partido é incontornável. Está claro que o PMDB garantiu os cinco anos."

Surpresa — Alguns pemedebistas que seguem a orientação de Covas surpreenderam na votação. Foi o caso do deputado Acácio Neves, neto de Tancredo, que pregava os quatro anos de mandato. "No mandato definitivo, sou a favor dos cinco, mas para o presidente Sarney votarei nos quatro anos", justificava-se Acácio.

Justificativas, aliás, não faltaram ontem. A bancada gaúcha, liderada pelo governador Pedro Simon votou dividida no mandato. Com opinião unânime no parlamentarismo, os gaúchos deram 11 votos para os quatro anos, seis para os cinco e dois se ausentaram no plenário, incluindo o líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro. Ele alegou que iria "atender compromissos médicos".

A ausência de 18 pemedebistas acabou reduzindo a bancada a 278 constituintes em plenário. Como 153 votaram pelos cinco anos, o índice do PMDB favorável a esta duração de mandato foi de 55% dos votantes. O índice, se for mantida a tendência para a votação do mandato do presidente Sarney, deverá aumentar porque tudo indica que o PMDB vai ter sua bancada reduzida substancialmente.

O grupo de maior mobilização contra o resultado da votação foi seguramente o mineiro, anti-Newton Cardoso. Dos nove pemedebistas mineiros que votaram pelos quatro anos, contra 20 que atenderam a orientação do governador e garantiram os cinco anos, oito anunciaram ontem ao deputado Ulysses Guimarães que deixam o partido. A bancada de São Paulo também foi duramente abalada. Dos 28 constituintes do PMDB, 15 votaram pelos cinco anos e 11 pelos quatro, com uma ausência e uma abstenção.

Divisão — A abstenção do deputado Ulysses Guimarães acabou dividindo o chamado grupo *Ulyssista* onde Fernando Gasparian (SP), e Genebaldo Correia (BA), por exemplo, votaram com os quatro anos, enquanto Heráclito Fortes (PI), Mauro Beneditos (CE) e Cid Carvalho (MA) votaram pelos cinco.

O grupo de Ulysses não foi o único que rachou na votação. O PFL, liderado por Marco Maciel, que votou nos quatro, também registrou os votos de Guilherme Palmeira (AL), José Thomaz Nonô (AL) ou Lúcio Alcântara (CE) para os cinco anos enquanto Jorge Bornhausen e Joaquim Francisco acompanharam Maciel. O grupo do senador José Richa também votou dividido, refletindo a tendência da bancada do Paraná.

O argumento utilizado pelo deputado Antônio Brito, de que esta votação não será a mesma daquela que vai definir o mandato do Presidente Sarney, foi insistentemente utilizado pelos defensores dos quatro anos, como o próprio senador Marco Maciel. O deputado Roberto Cardoso Alves afirma que "o PMDB tem sido atrapalhado pela esquerda" e o resultado da votação, "mostra a face do verdadeiro PMDB".

"Se alguns acham que é hora de deixar o partido, pois que saiam", completou. Da bancada de ex-arenistas, 110 votaram pelos cinco anos. Destes, 35 são do PMDB e 75 do PFL. Ainda desta bancada, que continua se reaglutinando, segundo raciocínio do deputado Dasso Coimbra (RJ), 31 constituintes que tiveram iniciação política na Arena votaram pelos quatro anos.

Sobre o sistema de governo, o PMDB mostrou equilíbrio: 49% dos 296 pemedebistas (147 parlamentares) votaram pelo presidencialismo, enquanto 149 escolheram o sistema parlamentarista. No PFL houve uma ampla vantagem para o presidencialismo, já que 85% da bancada — 114 constituintes — votaram a favor, enquanto apenas 20 votaram contra.



Santana vai montar um colégio de vice-líderes que expresse coalizão

Santana anuncia que governo agora se apóia em coalizão

BRASÍLIA — O governo que o presidente José Sarney pretende inaugurar não é mais de aliança PMDB-PFL mas de coalizão. O anúncio foi dado no Congresso pelo deputado Carlos Santana, líder do presidente José Sarney na Câmara e atual porta-voz dos governistas de todos os partidos que apoiaram a manutenção do sistema presidencialista e o mandato de cinco anos. Santana deverá formar nova estrutura para manter a unidade dos votos governistas nomeando vice-líderes e costurando no dia-a-dia da luta política a aglutinação dos deputados e senadores que estão apoiando e sustentando Sarney.

Segundo Carlos Santana o bloco ficou "expresso" com as votações. Ele deu nome ao movimento de "bloco de transição democrática". Explicou que não pretende desestruturar qualquer partido e cada parlamentar continuará preservando sua filiação partidária, nesta fase de avaliação. Após as avaliações do governo é que se vai estudar a possibilidade de fundar novo partido pró-Sarney. Cauteloso, Santana disse

também que não vai atrapalhar o trabalho de lideranças que já atuam em compasso com o governo.

"Nosso trabalho é suprapartidário. Vamos trabalhar na consolidação de um governo de coalizão", anunciou o deputado.

Carlos Santana, ao anunciar o bloco, foi o porta-voz do principal movimento dos vencedores de anteontem. Cabe a ele agora atuar no sentido da manutenção do bloco governista. Até agora, o que se tem verificado no Congresso são movimentos pendulares de aproximação e afastamento de Sarney. Santana quer cristalizar o movimento de cumplicidade verificado entre 304 parlamentares de vários partidos e facções e o presidente Sarney na noite de terça-feira, quando se votou o mandato. "A nossa base é formada pelos votos em favor do mandato de cinco anos e muitos colegas nem votaram porque acreditaram que haveria adiamento para apreciação desse item", disse Santana, já pondo fé no aumento do número dos adeptos de Sarney.

Constituinte vive seu dia de ressaca

Nervosos, preocupados, líderes presidencialistas tentavam na ressaca política de ontem consertar os estragos da noite da véspera. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), um dos oradores que encaminharam a proposta presidencialista, tentava descobrir artifícios regimentais para tornar viável sua emenda. "Só assinei a emenda porque houve um compromisso de que a mudaríamos depois", argumentava Maurílio.

Um dos pontos mais polêmicos do *pacote* presidencialista reside no seu artigo 97, que diz: "Por iniciativa de, no mínimo, um terço dos seus membros, a Câmara dos Deputados poderá apreciar moção de censura a ministro de Estado". Esta moção de censura, como ficou explícito no parágrafo segundo, aprovada por dois terços da Câmara, obrigará o presidente da República a demitir o censurado. Uma leitura apressada pode concluir que esta medida é muito boa para o Congresso, mas não é.

Na verdade a moção de censura deixa os parlamentares como co-responsáveis pela política de cada ministério, já que, teoricamente, podem

botar na rua o ministro incompetente. Esta co-responsabilidade, entretanto, tem limitações fatais, primeiro porque dificilmente será possível reunir dois terços da Câmara para derrubar um ministro. Mesmo que consigam o quórum, vão poder tirar um ministro, mas não mudar programa de governo. É evidente que os parlamentares serão pressionados pelos seus eleitores a votar moção de censura para um ministro da Fazenda, por exemplo, que esteja adotando uma política de austeridade, embora ele apenas esteja cumprindo ordens do presidente da República, e a política tenda a continuar a mesma com outro ministro.

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) especulava sobre o que poderá ocorrer caso esta emenda fique como está: "Vou chamar a Cecília". Dona Cecília ganha a vida no Congresso recolhendo assinaturas para projetos dos deputados. Com a moção de censura, seu trabalho vai redobrar.

No meio das discussões sobre meios regimentais para tornar viável a emenda votada com o maior quórum da história do parlamento brasileiro, surgiu uma idéia próxima da piada. Havia uma séria tentativa, originária do PMDB, de voltar a incluir na emenda presidencialista a figura do primeiro-ministro, com poderes muito próximos aos do regime parlamentarista. O deputado Antônio Brito comentava: "Mas não posso crer que alguém ainda pensa em fazer ressurgir o meio-parlamentarismo pela via mais torta". A poucos metros de distância, ao ser apresentado o anteprojeto prevendo a criação da figura do primeiro-ministro no presidencialismo, o deputado Maurílio Ferreira Lima entusiasmava-se: "Assim eu topo". A idéia não sobreviveu até o cair da noite.

Etevaldo Dias

Por equívoco, deixaram de ser publicados ontem os votos dos seguintes constituintes:

Presidencialistas — Adauto Pereira (PDS-PB), Ademar de Barros Filho (PDT-SP), Adolfo Oliveira (PL-RJ), Adroaldo Streck (PDT-RS), Acácio de Borba (PDS-CE), Afonso Camargo (PTB-PR), Afif Domingos (PL-SP), Agripino de Oliveira Lima (PFL-SP), Aírton Cordeiro (PFL-PR), Aírton Sandoval (PMDB-SP), Alarico Abib (PMDB-PR), Albano Franco (PMDB-SE), Alberico Cordeiro (PFL-AL), Alberico Filho (PMDB-MA), Alerico Dias (PFL-AC), Alexandre Costa (PMDB-MA), Alexandre Pulyna (PMDB-SC), Alfredo Campos (PMDB-MA), Aloysio Teixeira (PMDB-RJ), Alvaro Antônio (PMDB-MG), Alvaro Pacheco (PFL-RJ), Alvaro Valle (PL-RJ), Alysson Paulinelli (PFL-MG), Amaral Netto (PDS-RJ), Amaury Muller (PDT-RS), Amílcar Moreira (PMDB-PA), Ângelo Magalhães (PFL-BA), Annibal Barcelos (PFL-AP), Antônio

Câmara (PMDB-RN), Antônio Carlos Franco (PMDB-SE), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Lael Varella (PFL-MG).

Parlamentaristas — Abigail Feitosa (PMDB-BA), Acival Gomes (PMDB-SE), Ademir Andrade (PSB-PA), Adilson Motta (PDS-RS), Acácio Neves (PMDB-MG), Afonso Arinos (PFL-RJ), Agassiz Almeida (PMDB-PB), Alcení Guerra (PFL-PR), Aldo Arantes (PC do B-GO), Almir Gabriel (PMDB-PA), Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG), Aloysio Chaves (PFL-PA), Aluizio Bezerra (PMDB-AC), Aluizio Campos (PMDB-PB), Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Antero de Barros (PMDB-MG), Antônio Brito (PMDB-RS), Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), Antônio Carlos Mendes Thame (PFL-SP), Roman Tito (PMDB-MG), Victor Faccioni (PDS-RS), Victor Fontana (PFL-SC), Vilson Souza (PMDB-SC), Virgílio Galassi (PDS-MG), Waldyr Pugliesi (PMDB-PR), Wilson Martins (PMDB-MS) e Ziza Valadares (PMDB-MG).